

Contributos da Juventude da Ilha de Moçambique para o Diálogo Nacional Inclusivo



O diálogo comunitário realizado na Ilha de Moçambique revela um conjunto de preocupações estruturais que reflectem, de forma clara, as percepções e expectativas das comunidades em relação ao Diálogo Nacional Inclusivo (DNI). No centro dessas contribuições está a ideia de que o diálogo só será efectivo se promover reformas reais na governação, redução das barreiras administrativas, maior participação cidadã e uma

economia mais funcional e competitiva. As vozes locais evidenciam que, para ser legítimo, o processo deve responder a problemas concretos que afectam o quotidiano das comunidades, desde a independência das instituições até às dificuldades no comércio e na criação de associações. As contribuições aqui sistematizadas constituem um diagnóstico comunitário essencial para orientar políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

Sessão Comunitária - Ilha de Moçambique

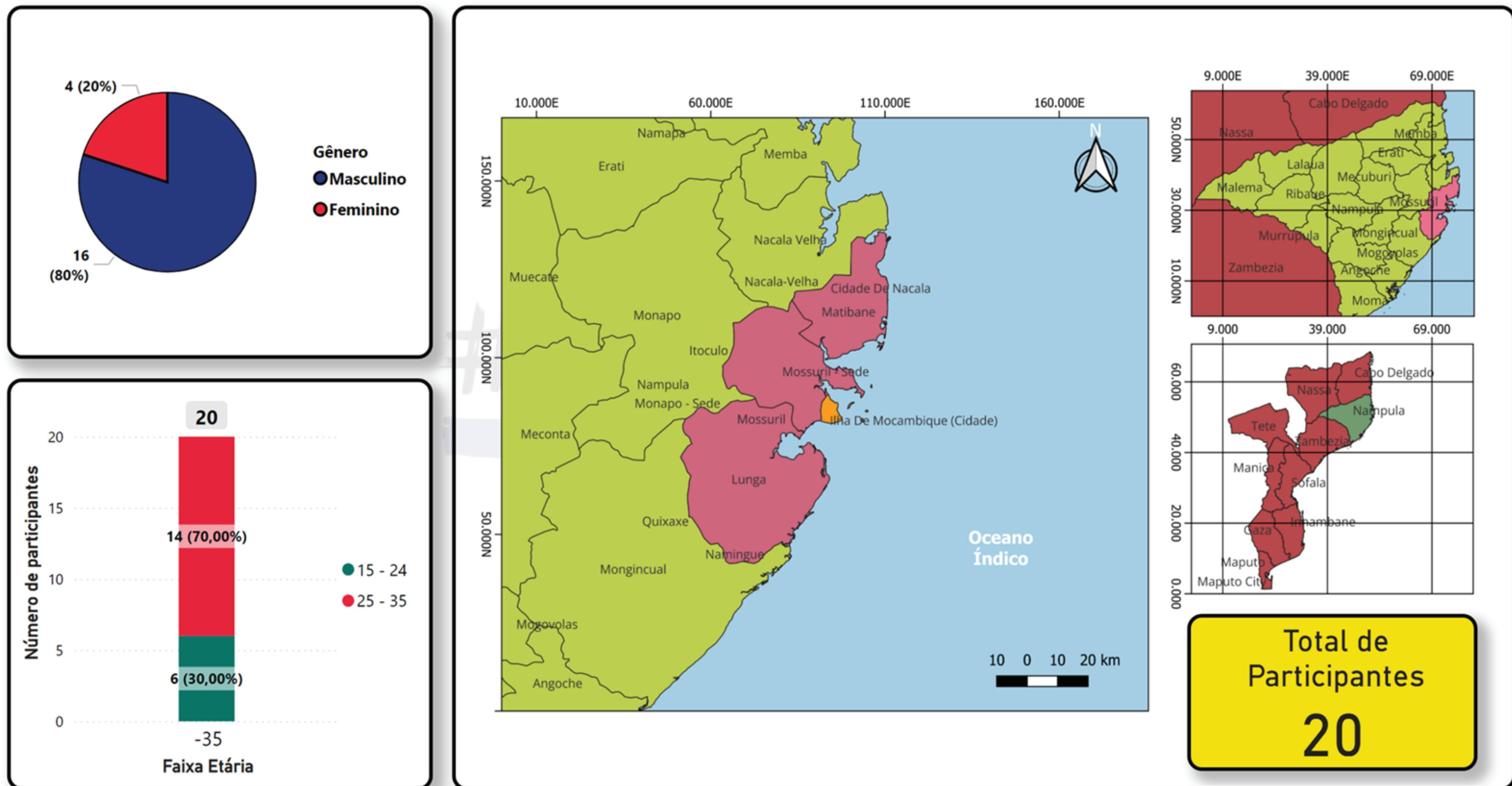


Figura 1: Perfil dos participantes das sessões

Governação, Legitimidade e Inclusão Política

As comunidades da Ilha de Moçambique enfatizam a necessidade de fortalecer a separação de poderes e garantir a independência das instituições públicas como condição fundamental para um DNI credível. A percepção de que o Executivo concentra demasiadas competências coloca em causa a imparcialidade de órgãos que deveriam fiscalizar o próprio Estado, diminuindo a confiança pública. Esta preocupação surge de forma clara na afirmação:

“O Presidente da República deve reduzir o número de cargos. Não deve nomear o Presidente do Tribunal Supremo, porque, se o fizer, dificilmente essa pessoa terá independência, afinal, foi ele quem a nomeou. O reitor de uma universidade também não deve ser nomeado pelo Presidente. O árbitro não pode ser jogador ao mesmo tempo”

(intervenção de um participante da oficina)

Esta crítica revela a demanda por um sistema institucional que garanta

equilíbrio de poderes e maior profissionalização das nomeações públicas.

Paralelamente, destaca-se a desconfiança histórica em relação a processos de diálogo anteriores. A memória colectiva recorda acordos que não se traduziram em mudanças concretas, o que alimenta o ceticismo sobre a actual iniciativa. Para as comunidades, o novo diálogo não pode repetir a tradição de promessas não cumpridas; precisa de estabelecer mecanismos transparentes de monitoria e implementação. Esta percepção é expressa na intervenção abaixo:

“*Não tenho muitas expectativas em relação a este diálogo. A nossa história mostra que realizamos diálogos, mas nada acontece. Em 1992 tivemos acordos, mas não se cumpriu nada. Espero, desta vez, estar errado*”
(intervenção de um participante da oficina).

Tal sentimento sublinha a necessidade de restaurar a confiança dos cidadãos através de compromissos claros e acompanhados de resultados visíveis. Outro ponto crucial abordado pela comunidade é o défice de representatividade. Para muitos participantes, a inclusão formal não é suficiente; é necessária uma integração real das diferentes forças políticas e sociais, sobretudo aquelas que

têm sido activas na contestação pública. A ausência desses actores fragiliza a legitimidade do processo e impede a construção de consensos duradouros. Isto é articulado na crítica:

“*Este diálogo deveria ser integrativo e não apenas inclusivo. É um processo integrativo. Há partidos que estiveram envolvidos nos protestos e não foram chamados, não foram ouvidos*”
(intervenção de um participante da oficina).

Esta posição reforça que a credibilidade do diálogo depende da pluralidade das vozes presentes.

Barreiras Administrativas, Economia Local e Participação Cidadã

Para além das questões políticas e institucionais, a juventude da Ilha de Moçambique identificam entraves administrativos que limitam a participação cívica e afectam o desenvolvimento comunitário. A burocracia excessiva para a criação de associações é vista como um obstáculo significativo, sobretudo num contexto onde estruturas comunitárias são essenciais para actividades culturais, económicas e sociais. O relato de uma associação que

levou quatro anos para ser formalizada evidencia as dificuldades enfrentadas:

“Há muitas complicações para formalizar uma associação. Nós levámos quatro anos, o que é demasiado tempo. Este é um aspecto que devemos rever. Para publicar o estatuto gastou-se muito dinheiro. Foi um processo muito difícil. Estas políticas podem ser ajustadas para facilitar a vida do cidadão.”

(intervenção de um participante da oficina)



Esta contribuição aponta para a necessidade de reformas administrativas que tornem os processos mais céleres, transparentes e acessíveis. Em paralelo, emerge uma preocupação com as políticas nacionais de importação, que são vistas como prejudiciais à competitividade económica local. As comunidades sublinham que custos aduaneiros eleva-

dos e dificuldades logísticas desincentivam o uso dos portos moçambicanos e tornam os produtos mais caros para os consumidores nacionais.



As contribuições comunitárias mostram, assim, que um Diálogo Nacional inclusivo deve ir além das questões políticas centrais e abordar igualmente desafios estruturais que afectam directamente a vida das pessoas. A participação cidadã só se torna efectiva quando as condições económicas e administrativas são favoráveis e quando as políticas públicas respondem às realidades locais.



Recomendações Para que o DNI responda a às Demandas da Juventude da Ilha de Moçambique:

- 1. Reforçar a Independência Institucional e Garantir Representatividade Real:** Para restaurar a confiança da juventude e assegurar a credibilidade do processo, o DNI deve promover mecanismos que reduzam a concentração de poder no Executivo e fortaleçam a independência dos principais órgãos públicos.
- 2. Reformar os Processos Administrativos para Facilitar a Participação Cívica e Associativa da Juventude:** A juventude da Ilha de Moçambique enfrenta barreiras significativas para formalizar associações, um passo essencial para desenvolver iniciativas comunitárias, culturais e económicas. Assim, deve-se simplificar e digitalizar procedimentos de registo de associações, reduzir custos, encurtar prazos legais.
- 3. Rever Políticas Económicas e Aduaneiras:** Ajustar as taxas aduaneiras, melhorar a eficiência do Porto de Nacala, reforçar infra-estruturas logísticas para Nampula e criar incentivos para jovens empreendedores envolvidos no comércio, turismo e inovação local.



Informação Editorial

Propriedade: Associação para a Promoção da Inclusão Social de Jovens e Diversidades em Moçambique – INCLUSÃO

Autores: Anésio Manhiça e Gabriel Tembe

Contactos: Tel.: +258 866352469 | Email: comunicacao@inclusao.org | Website: www.inclusaomoz.org

Endereço: Av. Maguiguana, N° 1530, R/C, Maputo - Moçambique